

## TEMAS IMPORTANTES DE GEOGRAFIA RURAL NA BIBLIOGRAFIA RECENTE (PARTE IV)

### *Estruturas agrárias*

Apresentamos a seguir um conjunto de publicações referentes a diversos tipos de estrutura das explorações agrícolas e de sistemas de organização da sua economia<sup>(1)</sup>, facilmente acessíveis aos nossos colegas do ensino secundário, pois existem no mercado livreiro nacional e são edições portuguesas, e que consideramos de consulta obrigatória. Como em casos semelhantes, seremos bastantes sintéticos.

1. *A Pequena Agricultura em Portugal*, número especial da *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 7/8, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 1981, 641 páginas. O volume contém as numerosas comunicações apresentadas por autores de formação científica e actividade profissional muito diversas (economistas, agrónomos, geógrafos, sociólogos, antropólogos), no I Colóquio de Estudos Rurais, realizado pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, de 27 a 29 de Março de 1981 e centrado na temática da pequena agricultura portuguesa (características; dinâmica da sua transformação), com «recusa das visões parcelares da pequena agricultura e lançando as bases para a reformulação das perspectivas analíticas no sentido de uma visão global e interdisciplinar, única via para a compreensão da complexidade dos problemas do campo» (p. 3). No final do volume (p. 567-611) figuram os resumos de todas as comunicações, em português, francês e inglês.

«Propor o estudo da *Pequena Agricultura em Portugal* revela um vasto conjunto de preocupações. Por um lado, as que se relacionam com o renovar do interesse por uma realidade que se tem mostrado portadora de uma especificidade na sua integração no sistema social, e que evidencia a não uniformização dos padrões da «sociedade moderna». Por outro, as que decorrem das interrogações que a realidade portuguesa coloca, tanto em vista de um passado em que a sociedade rural foi simultaneamente erigida em paradigma e em responsável pelo imobilismo como de um presente em que lhe é exigida

(1) Aproveitamos a oportunidade para salientar o feliz reaparecimento, nas livrarias, do livro de HENRIQUE DE BARROS, *Os Grandes Sistemas de Organização da Economia Agrícola*, Sá da Costa Editora, 2.ª edição, revista e ampliada. Lisboa, 1982, 328 p.

a submissão a modelos que desde logo a reconhecem exterior. Pequena agricultura é, para nós, uma designação que recobre um sector importante e diverso da realidade rural, identificado mais pela sua natureza não especificamente capitalista que por um qualquer atributo físico» (p. 5).

No volume sucedem-se comunicações gerais e comunicações mais específicas, apresentadas nos 6 grupos de trabalho. As primeiras tratam de: A pequena agricultura no desenvolvimento regional; A pequena agricultura e o seu condicionamento geo-histórico; Pequena agricultura: economia agrária e política agrária (anos trinta - 1974); A pequena agricultura e a integração na CEE; A figura do camponês em Artes e Letras de oitocentos. Os grupos de trabalho discutiram os seguintes temas: Modalidades da pequena agricultura; Pequena agricultura, modelos de desenvolvimento e políticas do Estado; A pequena agricultura face às teorias das classes; Organização social e comportamento político e ideológico dos pequenos agricultores; Pequena agricultura e cooperativismo; A pequena agricultura e a gestão da terra.

Nas comunicações introdutórias, A. SIMÕES LOPES referiu a justiça, dignidade e liberdade como valores-objectivos do desenvolvimento, o crescimento como instrumento para o desenvolvimento, as consequências sociais e humanas negativas das economias de escala em agricultura e a crise de valores e as contradições da sociedade actual. CARLOS SILVA defendeu que a colonização romana gerou «o sistema de *posse-uso da terra*, caracterizado pela rigidez de estruturas e instituições, que está na base da formação e da multissecular resistência da *pequena agricultura* no espaço geográfico europeu /.../ e de um campesinato sucessivamente servil, capitalista mercantil e capitalista industrial» (p. 567). F. OLIVEIRA BAPTISTA salientou, para o período dos anos 30-1974, as relações entre a política agrária e os temas e orientações da economia agrária, distinguindo naquele três fases: a de colonização interna, preocupada com a pequena exploração; a que defendeu o médio empresário agrícola; «a dominada pelo fortalecimento das posições do capitalismo agrário» (p. 568). J. M. ESPADA mostrou como a entrada de Portugal para a CEE conduzirá ao aumento do número de explorações, cada vez mais a tempo parcial e «subsidiárias de ocupações agrícolas, como meio de fazer face ao agravamento do orçamento familiar provocado pela entrada na CEE» (p. 358). Por fim J. A. FRANÇA evocou a figura do camponês nas Artes e Letras de oitocentos. Em torno de *Modalidades da Pequena Agricultura* as comunicações discutem a própria noção de pequena agricultura, avaliam o seu peso em Portugal e distinguem as suas modalidades fundamentais (complementar, mercantil e residual); introduzem o problema do seu futuro («considerando que as estratégias presentes do campesinato português se furtam de algum modo à fase post-camponesa, orientando-se antes no sentido do abandono total ou parcial do trabalho da terra» (p.579); salientam a inadequação da metodologia seguida pela economia agrária ao estudo da pequena agricultura e as novas questões que terão de ser introduzidas, bem como a importância, diversidade e significado regionais das formas de pluriactividade e de plurirrendimento dos agricultores do Continente (apesar da pobreza da informação estatística disponível); sublinham a «relevância económica da não agricultura» numa aldeia

próxima da fronteira norte de Trás-os-Montes, e a evolução recente das explorações agrícolas dos caseiros do Alto Minho (explorações agrícolas familiares de pequena dimensão, por arrendamento e parceria); calculam as dimensões aconselháveis para a exploração familiar no Alentejo.

No que se refere à *Pequena Agricultura, Modelos de Desenvolvimento e Políticas do Estado*, tecem-se considerações sobre o desenvolvimento rural integrado, como estratégia para a pequena agricultura, em oposição «com as convencionais medidas de reforma e política agrárias» (p. 572); aprecia-se a viabilidade das pequenas explorações (as de menos de 4 ha representando, em 1968, quase 2/5 do seu número total) a partir dum caso de 2 ha, situado no distrito de Braga, onde a simples introdução de maior número de factores de produção (sementes melhoradas, adubos, bons animais, etc.) permitiu duplicar as produções físicas e elevar de quase 2/3 a receita anual de família agricultora (p. 287), e onde melhoramentos mais significativos serão de esperar da intensificação dos sistemas agrícolas e introdução de novos ramos de actividade, exigentes em trabalho e que o renoveram devidamente, mantendo todavia a mesma área cultivada; apresenta-se, com base na estrutura da produção leiteira do concelho de Vagos (em média, 2 vacas por produtor), a sensibilidade da pequena produção aos estímulos do mercado, designadamente aos preços (leite; factores de produção), alcançando em situações favoráveis elevados aumentos de produtividade (qualitativa e quantitativa), sobretudo quando devidamente integrada em cooperativas dinâmicas (difusão de rações; organização da ordenha e da recolha, conservação e comercialização do leite; melhoramentos dos efectivos e dos pastos e forragens; assistência veterinária, etc.); e, por fim, abordam-se os cuidados a ter na transformação da pequena agricultura, com realce para a zona norte do distrito de Bragança (relações entre o desenvolvimento agrícola, a população, os recursos naturais, o desenvolvimento industrial, o investimento local, a investigação e a extensão agrícola, a estrutura da exploração agrícola e os factores de produção) (p. 310).

Seguem-se um quadro sinóptico das especificidades, funções e transformações do espaço rural<sup>(2)</sup>, atendendo às funções externas do espaço rural através das quais se processa a «subordinação deste à lógica de funcionamento da sociedade global», e à irreduzível «espessura» social do mesmo espaço, retendo os traços da sua especificidade (p. 327); uma apreciação do comportamento político dos cidadãos em regiões de pequena agricultura predominante (nortenhas e beiroas), a nível de freguesias; e considerações sobre a teoria das classes sociais.

No que concerne à *Pequena Agricultura e Cooperativismo*, começou-se por apreciar o Código Cooperativo («em determinados preceitos denota desconfiança em face da actividade e da liberdade do movimento cooperativo» (p. 576), a que segue a apresentação dum experiência recente (1975) de associativismo de produção numa pequena aldeia do concelho de Alcoutim (Bar-

(2) Consulte-se, para este tema, ROBERT BADOUIN, *Économie et Aménagement de l'Espace Rural*, PUF, Paris, 1979, 234 p.; e também, G. BAUER e J.-M. ROUX; *La Rurbanisation ou la Ville Eparpillée*, Paris, Le Seuil, 1977, 192 p.

rada), em 85 ha de terrenos arrendados a 2 proprietários da região por pequenos agricultores que mantiveram à parte as suas explorações agrícolas familiares; e, por fim, a de uma Comunidade Agro-pecuária de Montezinho, forma associativa de produção surgida em 1974 e visando a exploração em comum do baldio da povoação, bem como, ao contrário do exemplo anterior, das explorações agrícolas individuais dos seus cooperantes.

No grupo F, foram analisadas *A Pequena Agricultura e a Questão da Terra*, através de seis comunicações. Introduzem o tema as referentes à Renovação ou degradação da pequena agricultura? e Renovação dos problemas da pequena agricultura em França. Seguem-se considerações sobre a pequena agricultura, o preço da terra e as políticas fundiárias, salientando que «nos países capitalistas não avançados se não tem confirmado a perda de importância do elemento fundiário» (p. 579) e desenvolvendo o conceito de propriedade camponesa. Depois, aprecia-se a fragmentação da propriedade rústica no concelho de Vagos, a partir de registos notariais (escrituras de partilha) e de informação colhida na Repartição de Finanças de Vagos (artigos de matéria predial rústica); os processos de difusão de culturas, máquinas e informação na Cova da Beira, com base em inquéritos directos e na análise da estrutura das explorações e dos canais de comunicação entre os empresários através da Dinâmica de Poliedros; e a transformação do uso do solo agrícola da parte oriental da Península de Setúbal, desde a segunda metade do séc. XIX.

A finalizar, BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS extraiu do conjunto de trabalhos do Colóquio, as ideias mestras que mais se evidenciaram e que fazem associar a *Pequena Agricultura e as Ciências Sociais*.

2. Na continuação do tema anterior, e em complemento do mesmo, apresentamos o pequeno estudo de J. DA SILVA LOURENÇO, *Política Agrícola Sócio-Estrutural da CEE. Perspectivas para o Desenvolvimento das Regiões Minifundiárias Portuguesas*, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária, Oeiras, 1981, 78 páginas, incluindo um vasto anexo estatístico e cartográfico e abundante bibliografia, criteriosamente seleccionada e actualizada. Na Introdução, o autor começa por pôr a interrogação: *A PAC: impasse ou renovação?*, atendendo ao facto de a Política Agrícola Comum (PAC), a mais integrada das políticas da CEE, se encontrar no centro das preocupações dos Estados membros, e ao consenso sobre a necessidade de incentivar, melhorar e ampliar a política sócio-estrutural, até então secundária no FEOGA<sup>(3)</sup> perante a OCMA<sup>(4)</sup>, pois «só por esta via se obterá solução para o problema dos excedentes crónicos, do crescendo das assimetrias e dos excessivos encargos para os orçamentos nacionais» (p. 1). Em seguida, sublinha-se a relevância da Política Sócio-Estrutural (PSE) para os países mediterrâneos (produções que não beneficiam de intervenções no mercado), membros ou candidatos à adesão, e mais ainda para Portugal: estagnação e deficiente composição do PAB (traduzida em elevado défice da balança comercial de produtos alimentares), que tornam urgente o aumento do volume e a diversifica-

(3) Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola.

(4) Organização Comum de Mercados Agrícolas.

ção da produção, bem como o da produtividade e do emprego, a realização de benfeitorias diversas (regadios; arborizações; infra-estruturas rurais), e a correcção das estruturas de produção e sociais, designadamente nas regiões minifundiárias, de grande significado demográfico e produtivo agrícolas. Sublinhe-se «uma multitude de explorações subdimensionadas, marcadamente trabalho-intensivas, desprovidas das infra-estruturas mais elementares, viradas arreadamente para a subsistência, baseadas em sistemas de produção artesanais (por vezes, com plena justificação económica e social), cuja dinâmica evolutiva é necessariamente diversa da das explorações dos países industrializados» (p. 4).

O estudo «visa elaborar uma análise crítica à PSE, de molde a aferir a sua capacidade para modificar negativa ou positivamente as nossas estruturas minifundiárias, a detectar o que nela é adaptável, e o que não é, às exigências específicas dessas estruturas perante o desenvolvimento, retirando ilações da evolução verificada em espaços comunitários que de algum modo lhe são comparáveis» (p. 4). Não estava nas pretensões do autor fazer um balanço das vantagens e desvantagens quanto à adesão, já que este implicava o conhecimento das condições a acordar e da real capacidade de resposta, «tanto do aparelho administrativo do Estado como dos agentes económicos e da população em geral, às solicitações e aos desafios que seguramente terão nesta matéria de enfrentar» (idem).

Compõem-no 5 capítulos: alguns aspectos das estruturas agrárias comunitárias; caracterização da política sócio-estrutural comunitária; política comunitária de modernização das explorações; política comunitária para as zonas montanhosas e desfavorecidas; política comunitária de associativismo entre produtores.

No primeiro apreciam-se a evolução da dimensão média das explorações (> 1 ha) da CEE, de 1950 a 1978, e do número de pessoas com actividade principal na agricultura, a sua diferenciação espacial por países e regiões, utilizando indicadores de dimensão física e de dimensão económica (valor da produção final, valor acrescentado bruto e unidades de dimensão europeia<sup>(5)</sup>, por exploração), procede-se ao seu confronto com a estrutura agrária portuguesa, expressa em dimensões físicas (maior grau de concentração em Portugal), avaliam-se as disparidades regionais e o seu agravamento no interior da CEE, jogando com o PIB/habitante e a produtividade (a taxa de emprego apresenta tendência favorável), precisam-se os graus de perifericidade dos vários espaços da Europa ocidental, que evidenciam a situação desfavorável da Península Ibérica. Pode-se concluir que a PAC não atenuou, antes agravou, certas disparidades regionais, em desfavor de algumas regiões mediterrâneas, sem alternativas produtivas.

No capítulo 2 recordam-se as origens e a evolução da PSE, desde o Tratado institutivo da CEE, que reconhece a existência de disparidades estruturais e preconiza a realização gradual dos ajustamentos oportunos, à Conferência de Streza (1958), ao Plano Mansholt (1968), à legislação de 1972, 1975

(5) UDE = 100 ECU de margem bruta padrão (rendimento bruto da exploração menos os encargos variáveis especiais).

(regiões de Montanha e regiões desfavorecidas) e 1978 (regiões mediterrâneas e Irlanda do Norte); os objectivos da PSE (transformação das estruturas agrárias, infra-estruturas rurais, benfeitorias diversas, etc.); a caracterização e classificação das medidas que a integram (de integração reduzida, acentuada pontualidade e insuficiente extensão, aliás bastante selectiva; de âmbito geral e de aplicação regional, incidentes sobre a exploração agrícola ou exteriores a esta). «De qualquer modo, as medidas da PSE não se dirigem exclusivamente às estruturas fundiárias, ou mesmo às estruturas agrárias em sentido restrito: abarcam diversas estruturas sociais, como as relacionadas com o empresário agrícola e a produção agrícola em geral, objecto de acções nos domínios, por exemplo, da formação sócio-profissional e da cessação da actividade agrícola» (p. 21). Por fim, comparam-se a PSE com a de mercados e preços; instrumentos jurídicos empregados; financiamento (a secção Orientação do FEOGA é «uma irmã pobre» da secção Garantia). «O carácter marginal da PSE, no que toca a financiamento, não se traduz apenas nos montantes, nem sequer a proporção das responsabilidades a cargo de entidades não comunitárias, na precariedade temporal das ajudas, nos diversos *plafonds* estabelecidos. O próprio sistema de reembolso pelos Estados membros das despesas a suportar pelo FEOGA é algo complexo» (p. 23). Eis a experiência de longos anos, em que Portugal deve seriamente reflectir.

O capítulo seguinte começa por sintetizar a evolução da política de modernização das explorações: regulamentos de 1964 e 1970 e directivas de 1972. Um lugar de relevo foi atribuído aos objectivos e âmbito de aplicação da Directiva 72/159/CEE: regime selectivo de encorajamento às explorações, devendo o plano de desenvolvimento das mesmas permitir a obtenção pelo menos de um rendimento de trabalho comparável àquele de que beneficiam as actividades não agrícolas na região (p. 25), pelo que estes se limitaram às explorações agrícolas em condições de desenvolvimento (EACD), ou seja, obedecendo a determinadas condições em termos de qualificação empresarial (actividade agrícola a título principal; capacidade profissional suficiente; manutenção de contabilidade; estabelecimento de um plano de desenvolvimento satisfazendo determinadas prerrogativas e de nível de rendimento do trabalho (p. 26). Recordam-se também a criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o exemplo do Programa de Desenvolvimento Regional do Mezzogiorno por ele apoiado. A finalizar, apreciam-se as perspectivas para as regiões de minifúndio portuguesas, tendo em conta a legislação vigente: não contemplação das plantações arbóreas e arbustivas; limite máximo de 6 anos para a realização dos objectivos dos planos de desenvolvimento; atenção insuficiente aos bovinos e ovinos, importantes em zonas de pastagens pobres, à diversificação cultural, à agricultura a tempo parcial, meramente complementar de outras actividades que proporcionam maior rendimento e ocupam mais tempo de trabalho do empresário, à dificuldade de muitos pequenos agricultores elaborarem contas de exploração detalhadas, etc.

No cap. 4 consideram-se os problemas das regiões agrícolas desfavorecidas (ZAD) de montanha e outras, e as medidas de que são objecto, pelos desequilíbrios regionais de desenvolvimento e pelas funções da agricultura em

certos espaços (preservação do ambiente) geograficamente periféricos, isolados, sem dinamismo demográfico, estagnados ou em recessão sócio-económica. Recordam-se também os critérios de identificação destas zonas agrícolas desfavorecidas, das zonas de montanha (altitude, declive) e das ameaçadas de despoamento, bem como os objectivos e o âmbito de aplicação da Directiva 75/268/CEE (visa implementar uma política agrícola adequada às ZAD, incluindo a modernização das explorações agrícolas e o prosseguimento de outras em combinação com a actividade turística e o artesanato). No que se refere às regiões minifundiárias portuguesas, há a considerar que o limite mínimo de 3 ha de SAU (independentemente da fertilidade do solo, da produtividade por ha, da relação terra/homem e da dimensão económica) para concessão aos agricultores de indemnização compensatória dos *handicaps* permanentes e de ajudas às EACD e outras explorações, deixa de fora a grande maioria dos empresários portugueses: as áreas de floresta e de baldios indivisos não são aliás consideradas. Também não se atende devidamente «à dinâmica da economia envolvente e do desenvolvimento integrado /.../, nem aos factores sócio-económicos relativos à empresa agrícola» (p. 34) e que condicionam a sua viabilidade, nem à posição fronteiriça, e insular, nem às associações agro-pastoris, à pecuária e às plantações mediterrâneas, etc.

No capítulo final acentua-se a desigualdade de penetração das estruturas associativas e a correlativa concentração ou atonicidade da oferta, designadamente nas regiões meridionais e de policultura, bem como a proporção de actividades submetidas ao regime de produção sob contrato; salientam-se as medidas favoráveis à criação de estruturas organizativas dos produtores que melhorem as condições de concorrência, em certas áreas e para certos produtos, exigindo todavia que aqueles tenham uma actividade económica suficiente (mínimos de área de cultivo, de volume de produção e de venda, além de número de associados), o que levantará dificuldades em áreas minifundiárias do nosso país (policultura; elevado grau de subsistência). Portugal apresenta-se com uma oferta não estruturada, uma insuficiente organização cooperativa, se exceptuarmos o sector leiteiro e o do vinho, com cooperativas com dificuldades estruturais, não integradas em uniões e federações. Nas áreas minifundiárias, o autor salienta, a finalizar, a existência de outros obstáculos e dificuldades relativamente à política comum: exclusão do ramo florestal, que é aqui fundamental; inexperiência associativa contrária à inscrição por pelo menos três anos; necessidade de alargar a intervenção dos agricultores para jusante da exploração (emprego; valor acrescentado).

3. *Associativismo de Produção na Agricultura. Propriedade, Gestão e Distribuição do Rendimento.* O tema corresponde ao título dum livro de J. DA SILVA LOURENÇO, publicado pelo Instituto Gulbenkian de Ciência, CEEA, Oeiras, 1981 (512 páginas, 44 figuras, 51 quadros estatísticos, importante anexo documental e vasta bibliografia seleccionada e disposta por matérias). Compõem-no três partes — O Associativismo de Produção na Agricultura; O Associativismo Agrícola perante a Economia Contemporânea; Formas Associativas

de Produção Agrícola — subdivididas em 10 capítulos, além da Introdução e da Conclusão.

O autor começa por definir os objectivos do trabalho, «estudo das formas associativas de produção agrícola assumindo natureza associativa, através da análise sócio-económica da sua estrutura empresarial»: (p. 14) — e por precisar os conceitos utilizados de agricultura<sup>(1)</sup> e de associação de produção agrícola (formas empresariais associativas resultantes da reunião das capacidades e/ou dos meios de produção de profissionais da agricultura por iniciativa destes: p. 18 e 20), bem como a metodologia e a sistematização adoptadas.

A primeira parte relaciona, em termos gerais, as formas associativas com os factores internos às empresas favoráveis ou não ao desenvolvimento dessas formas: regimes fundiários, dimensão e gestão de empresas agrícolas. São referidas, no cap. 1, as transformações no tempo e no espaço dos regimes de apropriação e uso do solo e de outros bens fundiários; as teorias *linear* e *cíclica*; os factos mais relevantes dessas transformações (p. 35-36); a importância relativa dos bens fundiários na organização dos sistemas de produção e a tendência recente nos países industrializados para a perda do seu valor perante o capital de exploração, e o capital-construções nas áreas de agricultura intensiva orientada para a pecuária; a prevalência crescente do direito de exploração sobre o direito de propriedade (função social da propriedade; intensificação cultural e sobretudo benfeitorização da terra) e as possíveis combinações entre esses direitos (fig. 3, p. 45), exemplificadas com a empresa familiar por conta própria, as explorações colectivas do tipo *Kibutz*, *Kolkhoz* ou comuna popular, a agricultura de grupo e a *dyor*; os factores favoráveis ao uso em comum da terra (regime sucessório da propriedade rústica, contrariando ou facilitando o fraccionamento das explorações, com deterioração ou associação das respectivas fracções; sistemas comunitários conduzindo ao associativismo produtivo) e as fases de evolução desde uma situação individualista a outra de utilização colectiva, passando por várias formas de cooperação segmentária (fig. 5, p. 50).

No cap. 2 discutem-se as implicações da dimensão da empresa agrícola no associativismo de produção, precisando o conceito de dimensão empresarial física, económica e social), comparando os méritos da pequena e da grande empresa, com toda a problemática das economias de escala internas dos vários ramos agrícolas dos níveis e composição dos investimentos por ha e os volumes de produção evidenciando o alcance do associativismo na viabilização do emprego de certos equipamentos e interrogando-se acerca do conceito de dimensão óptima: «a grande característica da agricultura é que ela ocupa muito espaço: acima de uma certa dimensão da empresa, portanto de superfície a cultivar, os problemas de deslocação, transportes, dificuldades de controlo tornam-se muito sérios» (p. 78). De salientar o quadro 7, resumo das

(<sup>1</sup>) «Produção de bens com o auxílio de forças naturais, utilizando para o efeito a energia latente contida no embrião vegetal (plantas cultivadas) e transformando frequentemente os produtos do solo por meio do embrião animal (animais domésticos)» (p. 15); produção vegetal, produção animal e actividade de transformação e comercialização das produções exercidas normalmente pelo agricultor.

vantagens e inconvenientes da grande e pequena exploração agrícola, um dos muitos quadros de síntese de ideias extremamente claros e didácticos com que deparamos ao longo de todo o livro e que muito facilitam a apreensão do seu conteúdo, particularmente para os leitores pouco familiarizados com as questões e conceitos de economia agrária.

O último capítulo da Parte I relaciona o associativismo com a gestão da empresa agrícola: influência do factor humano na gestão (resultados da gestão dependentes da formação profissional, idade e experiência do empresário, do papel dos técnicos como conselheiros de gestão — difusão de inovações e suas fases, designadamente a difusão do associativismo, tendo em conta as forças activas e as resistências a vencer); objectivos (económicos, humanos e sociais) da gestão da empresa e sua relação com os sistemas de organização da economia agrícola, especialmente nas empresas de carácter associativo (objectivos económicos e sociais); interpenetração entre a vida familiar (casos de família restrita, família extensa e comunidade plurifamiliar) e a organização da empresa; e ainda, o processo de tomada de decisões na empresa associativa e o grau de participação dos associados, que condicionam francamente a aceitação ou não aceitação do associativismo.

Na Parte II apreciam-se os factores externos às empresas agrícolas que são intervenientes modernos na formação de associações de produção: efeitos das transformações demográficas, com crescimento e depois com redução da população activa (intensificação cultural; entreatada e mecanização) e conceito de população óptima agrícola, tendo em conta a produtividade e o emprego; efeitos da intensificação cultural, nas suas várias acepções, incluindo a diversificação dos sistemas e o alongamento do processo produtivo, para montante e para jusante («o progresso técnico condena o agricultor à solidiedade»: p. 114); efeitos da dominação do sector agrícola pelos sectores secundário e terciário, acentuada pela tendência para a concentração nas indústrias transformadoras de produtos agrários, especialmente nas indústrias agro-alimentares, mas contrariável se «a empresa agrícola exercer ela própria essas actividades ou, pelo menos e em termos equilibrados, participar em decisões que a afectam de forma acrescida» (p. 150), como nos complexos agro-industriais (*agrindus* de Israel; *combinado* da Jugoslávia) e nos complexos agrícolas integrados; em seguida, mostrou-se como a via associativa permite encontrar soluções bem próprias para a oposição entre estruturas do sector agrícola e do sector industrial, tendo em conta as modalidades de integração intra e intercooperativas (quadros 20 e 21, p. 160-161); por último, relaciona-se a viabilidade do nível de intensificação das explorações agrícolas no espaço<sup>(2)</sup> com «a orientação geral definida para a organização do espaço» (p. 167) e a distância ao assento da lavoura e aos mercados, e aprecia-se a posição particular da empresa associativa: a) existência de *zonas preferenciais* de localização cultural dentro do mesmo espaço de influência de um mercado central;

(<sup>2</sup>) Além da sua variabilidade no tempo, em relação com factores extrínsecos ou intrínsecos à empresa agrícola; e entre certos limites máximos e mínimos, determinados pelas tecnologias culturais disponíveis e pelos objectivos da produção (definidos a nível macro ou microeconómico) (p. 167).

b) verificação de efeitos característicos sobre a referida localização, derivados das relações de *interdependência* entre o sistema de produção e as necessidades dos conjuntos multifamiliares; c) condicionamento da localização cultural, resultante das formas de povoamento ou derivado do aproveitamento de instalações agrícolas pré-existentes» (p. 182).

A elaboração da Parte III — Formas Associativas de Produção Agrícola — obedeceu, de modo sistemático, a preocupações evolutivas e comparativas. Foram sucessivamente apreciadas nesta óptica, e com particular incidência na propriedade da terra e dos meios de produção, na organização da gestão e nas modalidades de distribuição do rendimento, formas comunitárias, formas cooperativas e um conjunto heterogéneo de outras formas residuais.

Todo o cap. 8 se centra nas formas comunitárias, de cultivo integral em comum, de cultivo parcial em comum, de criação de gado (ou de pastoreio) em comum e outras de objectivos não agrícolas, com destaque para as peninsulares. No seguinte, estudam-se as formas cooperativas, recordando as figuras comunitárias com assinalada influência nas formas cooperativas modernas (*mir* russo; *zadruga* eslava; *ejido* mexicano) e salientando as características do *Kibutz* (comparação com os *mochav ovdim* e *chitufi*, evoluções paralelas, significados demográficos e económicos e suas tendências, diversificação de actividades e implantações espaciais), do *Kolkhoz* (confronto evolutivo com os *sovkhoz* em termos de número de empresas, áreas, populações, dimensões, produtividades, persistência e importância relativa das *dyor*, etc.), da *comuna popular chinesa* e das *cooperativas de proprietários para a exploração em comum* do tipo *Zúñiga* (Navarra) ou dos tipos italianos; no quadro 42 (p. 290) estão sintetizados os factores influentes na criação de cooperativas agrícolas e o seu tipo de influência, positiva ou negativa. Depois, retomaram-se as diferentes formas de cooperativas de produção e compararam-se entre si quanto à propriedade da terra, outros bens fundiários, empresas agrícolas auxiliares, capital fixo vivo (gado), capital fixo inanimado (equipamento) e capital circulante (síntese no quadro 43, p. 296-297), quanto à gestão (ver, em particular, os organigramas da gestão dum *Kolkhoz*, na p. 301, e duma comuna popular rural, na p. 303) e quanto à distribuição dos rendimentos, designadamente os sistemas de remuneração do trabalho (quadro 46, p. 312).

No cap. 10, referente às outras formas, foram estudadas as autogestórias da Argélia e da Jugoslávia e as UCP de Portugal, relevando as relações entre as explorações agrícolas, as cooperativas e os combinados da Jugoslávia (p. 324) e a natureza da propriedade, a gestão e a distribuição do rendimento nas unidades argelinas (quadro 50, p. 33). O capítulo termina com a apreciação da agricultura de grupo, designadamente a de França e a de Portugal, norteada pelos pontos básicos: propriedade, gestão e distribuição do rendimento.

Finalmente, na Conclusão, o autor salienta que procurou contribuir para «edificar um sistema interpretativo da diversidade de soluções empresariais associativas que velhas e novas civilizações agrárias têm gerado, experimentado e sepultado, pela comparação das suas características estruturais e funcionais nas três áreas analisadas com detalhe» (p. 349). No que se refere à

propriedade (p. 349-354), faz notar que os bens fundiários continuam a ser «a questão-chave das estruturas agrárias», «a relação homem/terra continua a ser /.../ o centro de gravidade da política agrária e condição de viabilidade e eficiência dos modelos de empresa agrícola», vincadamente nos associativos, e acentua a afirmação relativa do direito do cultivador, individual ou associativo (volume dos investimentos em benfeitorias e em capitais fixos e circulantes), e o interesse de assegurar «um direito de fruição conforme as exigências de segurança e criatividade» e de precisar a contrapartida devida aos proprietários privados e ao Estado quando detentores do direito de propriedade de raiz; refere também a mitigação das soluções radicais, através de formas secundárias de propriedade ou de exploração onde predomina a propriedade social (pequenas explorações individuais complementares com ligações horizontais diversas com a exploração principal colectiva), de formas de propriedade social, designadamente cooperativa, onde predomina a propriedade privada individual, e pelo «escalonamento da titularidade da propriedade (terra e equipamento) pelos diversos graus das comunidades intermédias» (p. 352), em relação com as economias de escala, como na China (3 níveis de apropriação dos meios de produção: comuna popular, brigada de produção e equipa de produção); salienta que a intervenção do Estado é sempre mais acentuada sobre os meios de produção agrários do que sobre os equipamentos industriais destas mesmas empresas associativas; sublinha as limitações ao direito de uso da terra pelas empresas associativas, de origem externa (prioridades regionais e nacionais de produção; custos dos factores) ou determinados pela estrutura das respectivas empresas: «no conjunto do espaço, e em economia concorrencial, as zonas intermédias quanto a afastamento do mercado são /.../ as mais vocacionadas para adoptar o modelo associativo de carácter multifamiliar, de média ou grande dimensão» (p. 354).

Em matéria de gestão (p. 354-359), recorda-se uma vez mais que a definição e implementação dos sistemas de produção dependem de factores de ordem ecológica, de intervenções directas indicativas ou imperativas do Estado e de outras entidades supra-empresariais, — e água, por exemplo, em Israel — de intervenções indirectas (restrições ao direito de uso dos bens fundiários; medidas de política económica global e sectorial e de ordenamento do espaço; entregas obrigatórias; presença e participação nas deliberações empresariais de agentes oficiais, etc.), da dimensão humana das empresas multifamiliares<sup>(8)</sup> (problemas de emprego, qualidade de vida, grau de aderência aos objectivos), das capacidades técnica, de decisão e de execução associados activos, do seu grau de homogeneidade ou heterogeneidade, da dimensão física e téc-

<sup>(8)</sup> «A empresa associativa, pelo facto de ser multifamiliar, não elimina todas as restrições com origem na família, apenas atenua algumas e supera outras, sempre em quantidade limitada. Por isso, ela requer ordenamento cultural relativamente flexível, no espaço e no tempo, adaptável dinamicamente ao seu aparelho fixo» (p. 354); rigidez de recursos humanos e de recursos materiais, «sobretudo quando a empresa associativa se edifica com base em estruturas agrárias pré-existentes só parcialmente desmanteladas» (p. 36); pequenas explorações unifamiliares a tempo parcial.

nica das explorações, da persistência do autoconsumo e do grau de laboração dos produtos.

Nas soluções destacam-se as diferentes formas de intensificação (do cultivo, dos sistemas de produção, do prolongamento da agricultura para jusante, de diversificação de actividades, novas ou renovadas); as subdivisões empresariais por vários graus, com maior ou menor autonomia de decisão dos correspondentes órgãos de gestão (das economias de escala<sup>(9)</sup> e gestão descentralizada mas integrada hierarquicamente, em oposição à gestão colegial complexa e à gestão colegial simples, de acordo com a dimensão física, económica e sobretudo humana da empresa associativa, os princípios incluídos nos seus estatutos e a complexidade das suas funções, designadamente das não agrícolas ou não-agro-industriais: *Kibutz*; comuna popular); a integração em federações e a sua afirmação, em particular na elaboração das políticas agrária e económica; o recurso aos conselheiros de gestão («simbiose entre o conhecimento científico e o conhecimento aprofundado das reacções do meio local /.../ pelo diálogo entre técnico e agricultor»: p. 359) e consequente ligação aos serviços de Extensão Rural.

Por fim, na distribuição do rendimento nas formas associativas de produção agrícola, salienta-se a sua natural diversidade, conforme os direitos de fruição relativos aos meios de produção, designadamente aos bens fundiários, o carácter imperativo ou não do planeamento a vários níveis (resultados económicos; investimentos em capital fixo e circulante; formação profissional; sistema de produção), a participação ou não no trabalho (quantitativa e qualitativa)<sup>(10)</sup>, o estatuto do trabalhador (associado; assalariado agrícola eventual; operário especializado e contratado), com tendência para a generalização de processos não puros mas mitigados<sup>(11)</sup>, a complexidade e capitalização das empresas (acentuação das diferenças de remuneração), as necessidades de formação profissional especializada. Frequentemente, aos rendimentos familiares do trabalho na unidade associativa juntam-se outros (complementares) provenientes das explorações individuais, mais ou menos independentes daquela, e de actividades artesanais.

Ainda a propósito dessa publicação, e estando esta nota já em primeiras provas, fomos surpreendidos por um texto de apreciação (?) da mesma obra, que nos leva a lamentar a leviandade com que certos autores «elaboram» e publicam recensões de livros.

Referimo-nos à que foi inserida na revista *Estudos de Economia*, II — 3, Lisboa, 1982. Não nos deteremos na sua análise, por o não justificar o seu nível — inaceitável mesmo a um licenciando dos primeiros anos dum curso

<sup>(9)</sup> Conciliação das vantagens da grande e da pequena empresa (p. 357).

<sup>(10)</sup> A prestação obrigatória de quantitativos mínimos de trabalho é quase geral.

<sup>(11)</sup> Esquemas de distribuição «conjugando processos rígidos (salário mínimo, seguro social, etc.) com processos variáveis (retorno, prémios de produtividade, estímulos de natureza variável), em ordem a satisfazer simultaneamente objectivos de segurança e de criatividade» (p. 361), envolvendo por vezes rendimentos em natureza. Só no *Kibutz* se verifica a aplicação quase total da fórmula «a cada um segundo as suas necessidades»: no geral, adopta-se a de «a cada um segundo a valia do seu trabalho».

que não compreenda estas matérias curriculares. Dever-se-á ao facto de os autores não terem lido a obra, nem sequer superficialmente, e estaremos apenas perante uma grande falta de ética profissional? Ou resultará de a não terem compreendido, nem mesmo nas suas linhas gerais? Mas isso seria muito aberrante, já que a sua compreensão a esse nível é fácil e imediata: basta atender ao plano, aos objectivos sintetizados pelo próprio autor, aos quadros-resumos de ideias, aos de comparação de situações e às conclusões. Será que há quem escreva recensões críticas de obras que não leu, ou que o não fez com o mínimo cuidado, e de obras que visam matérias sobre que (parece) não está minimamente em condições de compreender?

4. Embora esta apresentação bibliográfica já vá longa, não queremos deixar de apontar o aparecimento ainda recente de dois outros livros referentes ao tema, bastante geral, de Estruturas Agrárias, também eles muito acessíveis e de consulta obrigatória para estudantes de Geografia e para os nossos colegas do ensino secundário, a quem se dirigem especificamente estas notas:

— AFONSO DE BARROS — *A Reforma Agrária em Portugal. Das Ocupações de Terras à Formação das Novas Unidades de Produção*, reeditado pelo Instituto Gulbenkian de Ciência, CEEA, Oeiras, 1982.

— VÁRIOS AUTORES — *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica* (Comunicações do Seminário), Instituto Gulbenkian de Ciência, CEEA, Oeiras, 1980.

CARMINDA CAVACO